

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO-RJ

Pregão Eletrônico: 007/2022

Processo Administrativo: 25.415/2021

S&P COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 23.120.130/0001-63, estabelecida na ESTRADA ALTO SÃO LUIZ SITIO LUZ DA LUA, SÃO LUIZ, SANTA MARIA DE JETIBÁ, ES, CEP: 29.645-000, com assinatura eletrônica padrão ICP-Brasil, vem **IMPUGNAR** o Edital de Pregão Eletrônico 007/2022, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

A requerente tomou conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico 007/2022, que tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros, cereais e panificação) para confecção do Kit Alimentação Escolar para o alunado da rede municipal de educação.

Quando do estabelecimento da qualificação técnica, no item 19 do edital, restaram fixadas exigências que entendemos desarrazoadas e que ferem a ampla concorrência do certame.

EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO DA EMPRESA NO CONSELHO REGIONAL

Vejamos. No item 19.2, consta absurda exigência de registro da empresa no conselho regional competente.

Absurda porque a atividade da licitante é o comércio atacadista, sendo certo que não produz gêneros alimentícios.

Considerando se tratar de gêneros alimentícios de baixo risco sanitário, entendemos infundada a exigência, que somente vem majorar os custos para a própria administração, visto que aumenta os custos do atacadista e reduz a competitividade do certame.

Com efeito, não há se falar em obrigatoriedade de responsável técnico ou registro no conselho regional por se tratar de venda de kits alimentícios, na medida em que a estipulação das cestas se deu por parte da própria Administração.

De certo, a montagem dos itens das cestas passou pelo crivo da equipe nutricional do Município. Portanto, as empresas estão tão-somente realizando a venda de produtos alimentícios e não a elaboração de cestas, razão pela qual não se deve exigir a presença de nutricionista nas dependências da empresa.

Vale destacar que entrou em vigor a Lei 13.874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.

Em seu artigo 3º, inciso I, a Lei 13.874/2019 estabelece que:

Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal:

I – desenvolver atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de

quaisquer atos públicos de liberação da atividade econômica.

O Legislador buscou desembaraçar a atividade econômica, afastando a exigência de autorizações do Poder Público, garantindo ampla liberdade econômica à população.

Com o fito de esclarecer a amplitude de tal liberação, o legislador fez questão de exemplificar de forma extensiva, conforme consta do §6º, do artigo 1º, do referido diploma:

Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se atos públicos de liberação a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros.

Portanto, resta evidente que a intenção nítida e clara do Legislador é liberar as atividades econômicas da obtenção de alvarás, licenças e demais autorizações do Poder Público para funcionamento.

Vale destacar que o próprio artigo 3º, inciso I, da Lei 13.874/2019, ressalva que as atividades contempladas são aquelas de baixo risco, justamente o caso em análise.

Ora, exigir autorizações desarrazoadas fere a Lei Federal 13.874/2019, por ofender a liberdade econômica, bem como a 8.666/1993, aplicável à espécie, quanto limita de forma desarrazoada a própria competitividade do certame.

Importante ressaltar que a argumentação se dá em razão da empresa licitante ser comerciante atacadista.

APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO SIF OU TÍTULO DE RELACIONAMENTO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ato contínuo, também não merece prosperar a exigência de apresentação de certificado SIF ou Título de Relacionamento das empresas sediadas fora de Nova Friburgo e somente Certificado da Vigilância Sanitária Municipal das empresas sediadas no município.

Trata-se de escancarada intenção de beneficiar as empresas localizadas no município, o que é vedado pela Lei 8.666/1993, justamente por reduzir consideravelmente a competitividade do certame.

Tal previsão está expressamente instituída no artigo 3º, §3º, inciso I, da Lei 8.666/1993.

É cediço que nem sempre as distinções ou preferências se dão de forma explícita no Edital, mas podem estar veladas por exigência desarrazoadas a determinado grupo em benefício de outros.

Com efeito, é sabido que o Certificado de Vigilância Sanitária Municipal, já exigido de todos os licitantes, é uma autorização de mais fácil obtenção do que as licenças do Ministério da Agricultura. Portanto, fere a ampla competitividade do certame exigir documentos extras dos licitantes sediados fora do Município de Nova Friburgo-RJ.

Ora, acaso fossem essenciais os documentos elencados no item 19.4, deveria a Administração exigí-los de todos os licitantes, sem distinção.

No entanto, a atividade de atacadista dispensa a apresentação de quaisquer dos documentos em análise para os itens relacionados.

Com efeito, o único item de origem animal são os ovos de galinha, estes que são somente comercializados pela licitante, razão pela qual se afasta a exigência dos documentos relacionados no item 19.4.

Importante destacar que somente as granjas produtoras se submetem à inspeção federal, o mesmo não ocorre com os atacadistas.

De certo, os ovos comercializados pela licitante são oriundos de granja devidamente certificada pelos órgãos federais, o que será oportunamente provado.

O que não se admite é exigir que a licitante, atacadista, apresente o certificado de inspeção federal, o que é desnecessário no caso em análise.

Com efeito, somente as casas atacadistas que procedem comércio internacional precisam do certificado federal, o que não é o presente caso, conforme se infere do artigo 2º, §1º e 23, §2º, do Decreto 9013/2017, com a redação dada pelo Decreto 10.468/2020.

Portanto, considerando se tratar a licitante empresa de comércio atacadista, absurda a exigência dos documentos relacionados no item 19.4, mormente por se tratar de flagrante exigência sem previsão legal, que dificulta a participação de licitantes de fora do Município de Nova Friburgo-RJ.

Não obstante, ainda que se entenda devida a exigência dos documentos do item 19.4, o que se faz por amor ao debate, essencial se faz constar expressamente que tal exigência se dá somente do item de origem animal, qual seja ovos de galinha.

Ato contínuo, a fim de garantir maior competitividade no certame, essencial se faz o desmembramento do item de origem animal em lote próprio, de forma a permitir maior competição nos demais itens.

Com efeito, a licitação deve buscar primar pela máxima impessoalidade, buscando sempre os melhores preços para a Administração.

Quando a Administração inclui um único item com exigências especiais dentre os outros em um mesmo lote, está de forma flagrante reduzindo consideravelmente a concorrência do certame, na medida em que estará excluindo da disputa eventuais licitantes que não disponham da suposta exigência extra.

A exclusão das empresas incapacitadas de fornecer os ovos de galinha da disputa, reduzirá a competitividade quanto aos itens de hortifrúti, o que certamente trará prejuízos à Administração.

Com efeito, a exigência de observância da impessoalidade e da seleção de proposta mais vantajosa para a Administração está estampado já nos artigos iniciais da Lei de Licitações número 8.666/93, especificamente em seu artigo 3º, aplicável à espécie por previsão editalícia.

No entanto, sabemos que à Administração é facultado separar os itens em lotes, mas faz-se necessário, quando o fizer, observar os princípios que regem as licitações, já supra mencionados, da isonomia, impessoalidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, que constam do artigo 3º da Lei 8.666/93.

Diante disto, a mesma Lei 8.666/93 em seu artigo 23, §1º, estatui que:

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade** sem perda da economia de escala. (grifos nossos)

Com efeito, a legislação aplicável é clara ao condicionar a divisão dos itens em lotes, desde que permitam a ampliação da competitividade.

No caso em análise, a inclusão dos ovos em lote amplo implica em séria redução de competitividade, o que fere o dispositivo supra mencionado.

De tal sorte, é essencial que se proceda à realocação do item “ovos de galinha” em lote próprio.

ALVARÁ FUNCIONAMENTO E VIGILÂNCIA

O item 19.3 é confuso ao determinar que se apresente alvará de funcionamento emitido pela autoridade sanitária e laudo.

A empresa licitante conta com alvará de funcionamento e da vigilância sanitária, mas o laudo não fica em poder da empresa.

É certo que a posse do alvará de vigilância sanitária atesta a regularidade de funcionamento da empresa.

Portanto, neste tocante requer seja esclarecido, no sentido de exigir somente os alvarás de vigilância sanitária e funcionamento.

PEDIDOS

Isto posto, serve a presente impugnação para requer que:

- a) Seja afastada a exigência de responsável técnico das empresas de comércio atacadista;
- b) Seja excluída a exigência de apresentação de certificado SIF-DIPOA ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, das empresas de comércio atacadista, sendo necessário somente das granjas produtoras;
- c) Acaso não acolhido o pedido “b”, requer seja limitada exigência do item 19.4 somente ao item de origem animal, ovos de galinha, com a consequente separação do item em lote próprio.
- d) Por fim, seja esclarecido o requisito do item 19.3. Se a exigência é de alvará de funcionamento e da vigilância sanitária ou somente alvará da vigilância sanitária, visto que a vigilância somente disponibiliza o alvará para as empresas e não os laudos. Sendo certo que a existência do alvará já é suficiente a demonstrar a aptidão da empresa ao funcionamento.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santa Maria de Jetibá-ES, 17 de fevereiro de 2022.

S&P COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.-EPP

(assinado eletronicamente padrão ICP-Brasil)